

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 110.704 - PB (2019/0094628-0)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : PAULO DONIZETI SIQUEIRA DE SOUZA (PRESO)
ADVOGADO : WILGBERTO PAIM DOS REIS JÚNIOR - PE031985
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por PAULO DONIZETI SIQUEIRA DE SOUZA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba no julgamento do HC n. 0800309-33.2019.815.0000.

Extrai-se dos autos que o recorrente foi condenado pela prática do crime tipificado no art. 157, § 2º, incisos I, II, III e IV, do Código Penal (roubo circunstanciado), à pena de 11 anos, 9 meses e 22 dias de reclusão em regime inicial fechado. Por ocasião da sentença, foi decretada a prisão preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado:

HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO PELO USO DE ARMA DE FOGO, PELO CONCURSO DE AGENTES, POR TER SIDO PRATICADO CONTRA VÍTIMA EM SERVIÇO DE TRANSPORTE DE VALORES E COM RESTRIÇÃO DA LIBERDADE DOS OFENDIDOS. ART. 157, § 2º, I, D, III E V, DO CP. CONDENAÇÃO. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA NA SENTENÇA. 1. PEDIDOS DE REDUÇÃO DE PENA, DE NULIDADE DO PROCESSO E DE APLICAÇÃO DO INSTITUTO DA DETRAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO. UTILIZAÇÃO DO HABEAS CORPUS COMO SUBSTITUTIVO DE APELAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE A AUTORIZAR, DE OFÍCIO, A APRECIACÃO. NECESSIDADE DE IMERSÃO NO CONJUNTO PROBATÓRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ESTREITA DO WRIT. PRECEDENTE DO STJ. 2. PLEITO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. TESE DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NÃO ACOLHIMENTO. SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTE A DENÚNCIA. CONVENCIMENTO MOTIVADO ACERCA DA AUTORIA E DA MATERIALIDADE. NECESSIDADE DA MEDIDA EXTREMA. CONVICÇÃO ALICERÇADA NA GRAVIDADE DO CRIME E PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. EXPLICITAÇÃO DE ELEMENTOS CONCRETOS A JUSTIFICAR A PREVENTIVA. MANUTENÇÃO. 3. CONHECIMENTO PARCIAL DA ORDEM E

DENEGAÇÃO NA PARTE CONHECIDA, EM CONSONÂNCIA COM O PARECER DA DOUTA PROCURADORIA DE JUSTIÇA.

1. O impetrante busca, pela via estreita do habeas corpus, reformar ou anular a sentença, o que não é cabível, diante da existência de recurso próprio previsto em lei. A via do writ somente se mostra adequada para a análise da dosimetria caso se trate de flagrante ilegalidade e não seja necessária uma análise aprofundada do conjunto probatório, hipóteses que não se amoldam ao caso em comento.

- Do STJ: "Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado a justificar a concessão da ordem, de ofício." (HC 393.247/CE, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 08/08/2017, DJe 18/08/2017).

- Não merece conhecimento a parte do habeas corpus que trata de dosimetria, da nulidade processual e da aplicação da detração, pois, conforme pertinente e acertada manifestação do ilustre Procurador de Justiça, "a mera leitura dos argumentos permite observar que a impetração objetiva introduzir discussão aprofundada sobre o mérito da ação penal, seja quando questiona a licitude das provas que consubstanciam a condenação, seja quando reaviva a discussão sobre a dosimetria, matérias estas, aliás, passíveis de rediscussão na via apelatória..."

2. A tese defensiva, aduzindo a ausência de fundamentação do decreto de prisão preventiva, não merece guarida, porquanto, ao fundamentar o seu livre convencimento na sentença, a magistrada analisou os elementos probatórios e concluiu pela existência do crime e pela autoria.

- Quanto à necessidade da medida extrema, a convicção da juíza restou alicerçada, especialmente, na gravidade do crime e para garantia da ordem pública. Nesse ponto, também não há carência de fundamentação, como sustentado pelo impetrante, pois, quando da apreciação as circunstâncias judiciais, a magistrada valorou negativamente ao réu os vetores da "culpabilidade" e das "circunstâncias do crime", explicitando concretamente a periculosidade do agente e o modus operandi em total desrespeito às vítimas e à sociedade organizada.

3. Conhecimento parcial da ordem de habeas corpus e denegação da parte conhecida, em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça (fls. 135/136).

No presente recurso, alega que a exasperação da pena-base carece de fundamentação idônea e que os mesmos motivos foram elencados na terceira fase da dosimetria, caracterizando indevido *bis in idem*.

Assevera que o paciente respondeu à ação penal em liberdade e que não

há motivo superveniente que justifique a decretação da prisão preventiva. Sustenta ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Ressalta que, nos termos do laudo expedido por perícia técnica realizadas na imagens do circuito interno das câmeras de segurança, não foi possível identificar o recorrente como autor dos delitos.

Por fim, aponta que a custódia cautelar perdurou por mais de dois anos e, dessa forma, deve ser realizada a detração penal com o conseqüente abrandamento do regime inicial imposto, nos termos do art. 387, § 2º, do Código de Processo Penal.

Requer, assim, em liminar, a revogação da prisão preventiva. No mérito, pleiteia a redução da pena e modificação do regime inicial.

É o relatório.

Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Solicitem-se informações ao juízo de primeiro grau e à autoridade apontada coatora, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, quando for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator